



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Triângulo - Nucleo de Apoio Regional de Frutal

Parecer Técnico IEF/NAR FRUTAL nº. 110/2024

Belo Horizonte, 27 de maio de 2024.

| PARECER ÚNICO | | | | |
|--|--|-------------------------------------|---|--------------|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Nome: ANDRÉ LUIZ COSTA ARANTES | | CPF/CNPJ: 678.173.606-00 | | |
| Endereço: RUA ALAOR COELHO SILVA, 460 | | Bairro: PARQUE DAS ACACIAS | | |
| Município: PRATA | UF: MG | CEP: 38.140-000 | | |
| Telefone: 3431-3931 | E-mail: agrocampoprata@gmail.com | | | |
| O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? () Sim, ir para item 3 (X) Não, ir para item 2 | | | | |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | | | |
| Nome: JOÃO BATISTA SOUTO | | CPF/CNPJ: 510.880.886-00 | | |
| Endereço: : Rua Jesus Vilela de Oliveira, 60 | | Bairro: EDNA | | |
| Município: PRATA | UF: MG | CEP: 38140-000 | | |
| Telefone: 3431-3931 | E-mail: agrocampoprata@gmail.com | | | |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | | | |
| Denominação: FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO | | Área Total (ha): 105,6818 | | |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 24.257 e 24.258 | | Município/UF: PRATA - MG | | |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3152808-C087.AEEE.5CFA.E2F1.04E8.033C.8E79.6208 | | | | |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA | | | | |
| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | | |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | 389 | UN | | |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 44,00 | HA | | |
| 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO | | | | |
| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
| | | | X | Y |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | 389 | UN | 697.766,00 | 7.866.379,00 |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 44,00 | HA | 697.216,17 | 7.866.185,99 |
| 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA | | | | |
| Uso a ser dado a área | Especificação | Área (ha) | | |
| Agricultura | Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura. | 67,2637 | | |
| Pecuária | Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo. | 67,2637 | | |
| 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | | | |
| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) | |
| CERRADO | OUTROS | | 67,2637 | |
| 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO | | | | |
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade | |
| Lenha de Floresta Nativa | LENHA | 1.488,2375 | m³ | |
| Madeira de Floresta Nativa | MADEIRA | 82,4526 | m³ | |
| 1. HISTÓRICO | | | | |
| Data de formalização/aceite do processo: 22/05/2024 | | | | |
| Data da vistoria: 27/05/2024 | | | | |
| Data de solicitação de informações complementares: 22/05/2024 | | | | |

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 27/05/2024

2.OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a solicitação para o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e ampliação da área para fins de pecuária e agricultura, em meio rural.

- Processo de intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 44,00 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG.
- Processo para o corte de 389 (trezentas e oitenta e nove) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 23,2637 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG, tendo entre estas:

- 04 (quatro) árvores de PEQUIS, sendo feito a compensação através do recolhimento junto ao PRÓ PEQUI no valor de R\$ 1.055,94, valor equivalente a 200 UFMGs, como medida compensatória pela supressão das 02(duas) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados) e as outras 02(duas) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20 (vinte) árvores de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B;

O rendimento estimado é de 1.570,6901 m³, sendo 1.488,2375 m³ de lenha nativa e 82,4526 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para pecuária e agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Imóvel Rural: FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO;

Matricula: nº 24.257 e 24.258;

Município: Prata - MG;

Área Total: 105,6818 ha;

Reserva Legal: 21,1577 ha, de reserva legal averbada nas matrículas, sendo 10,6209 hectares, conforme AV - 4 - 24.257, datado em 09/02/2021 e uma área com 10,5368 hectares, conforme AV - 4 - 24.258, datado em 09/02/2021, não inferior aos 20% exigidos por lei;

Área Explorada (Pastagem): 23,2637 ha;

Área Explorada (Supressão de Vegetação Nativa): 44,00 ha;

APP: 17,2604 ha;

Compensação Pequi: 720 m²;

Percentual de cobertura vegetal nativa do município: 22,42%;

Bioma: Cerrado

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3152808-C087.AEEE.5CFA.E2F1.04E8.033C.8E79.6208

- Área total: 105,6785 ha;

- Módulo Fiscal: 3,5226;

- Área consolidado: 27,2599 ha;

- Remanescente de VN: 21,1582 ha;

- Reserva Legal: 21,1579 ha, proposta e declarado no CAR;

- Área de preservação permanente: 17,2604 ha;

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 21,1577 ha, de reserva legal averbada nas matrículas, sendo 10,6209 hectares, conforme AV - 4 - 24.257, datado em 09/02/2021 e uma área com 10,5368 hectares, conforme AV - 4 - 24.258, datado em 09/02/2021, não inferior aos 20% exigidos por lei;

() A área está em recuperação: xxxxx ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (x) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

MG-3152808-C087.AEEE.5CFA.E2F1.04E8.033C.8E79.6208

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 21,1577 ha, de reserva legal averbada nas matrículas, sendo 10,6209 hectares, conforme AV - 4 - 24.257, datado em 09/02/2021 e uma área com 10,5368 hectares, conforme AV - 4 - 24.258, datado em 09/02/2021, não inferior aos 20% exigidos por lei;

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem com as informações prestadas no SEI, com as constatações feitas durante a vistoria remota (possibilidade prevista no artigo 24 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021). A localização e a composição A Reserva Legal encontra-se averbadas nas matrículas com uma área total de 21,1577 ha, sendo 10,6209 hectares, conforme AV - 4 - 24.257, datado em 09/02/2021 e uma área com 10,5368 hectares, conforme AV - 4 - 24.258, datado em 09/02/2021, na SRI de Prata - MG, não inferior aos (20%) exigidos pela lei e não faz uso da APP no cômputo da reserva legal. Estando assim de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Trata-se de um processo para o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e ampliação da área para fins de pecuária e agricultura, em meio rural.

- Processo de intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 44,00 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG.
- Processo para o corte de 389 (trezentas e oitenta e nove) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 23,2637 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG, tendo entre estas:

- 04 (quatro) árvores de PEQUIS, sendo feito a compensação através do recolhimento junto ao PRÓ PEQUI no valor de R\$ 1.055,94, valor equivalente a 200 UFMGs, como medida compensatória pela supressão das 02(duas) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados) e as outras 02(duas) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20 (vinte) árvores de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B;

O rendimento estimado é de 1.570,6901 m³, sendo 1.488,2375 m³ de lenha nativa e 82,4526 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para pecuária e agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

- Taxa de Expediente (Corte de árvores isoladas 23,2637 ha e Intervenção de uma supressão de cobertura vegetal nativa em 44,00 ha): R\$ 1.668,30, com o pagamento efetuado em 23/04/2024;
- Taxa florestal de lenha nativa (1.488,2375 m³) e Taxa florestal de madeira nativa (82,4526 m³): R\$ 15.070,73, com o pagamento efetuado em 23/04/2024;

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Baixa e Média;
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa;
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não possui área com prioridade;
- Unidade de conservação: N/A
- Área indígenas ou quilombolas: N/A
- Outras restrições: N/A

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

-Atividades desenvolvidas:

- G - 02 - 07 - 0: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo;
- G - 01 - 03 - 1: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura;

- Atividades licenciadas: G-02-07-0 e G-01-03-1;

- Classe do empreendimento: 1;

- Critério locacional: 0;

- Modalidade de licenciamento: Não passível;

- Número do documento: Não apresentou;

- Número da Licença: Não apresentou;

5.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 27/05/2024, acompanhado do Servidor João Floriano da Silva – Masp nº 1020737-1, Coordenador do Núcleo de Frutal - MG. Na propriedade se desenvolve atividade de pecuária e agricultura. A intervenção será o corte de 389 (trezentas e oitenta e nove) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 23,2637 hectares, tendo entre estas, 04(quatro) árvores de PEQUI e uma intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 44,00 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: Declividade entre 0 e 20º
- Solo: Latossolo vermelho conforme IDE
- Hidrografia: O imóvel está inserido na bacia do Rio Paranaíba que deságua no Rio Paraná.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Cerrado
- Fauna: As espécies de animais de ocorrência comum na região que podemos destacar são: micos, tatus, tamanduá, quati, seriema, codornas, araras, inhambus, além de espécies de répteis e anfíbios. Na ocasião da vistoria não foram observados animais.

5.4 Alternativa técnica e locacional para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado: Não se aplica

5.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Perda de habitat para fauna local
- Retirada de cobertura vegetal
- Geração de renda
- Exposição do solo

6. ANÁLISE TÉCNICA

A intervenção ambiental solicitada se refere ao corte de 389 (trezentos e oitenta e nove) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 23,2637 hectares, tendo dentre estas, 4 (quatro) árvores de PEQUI e uma intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 44,00 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG.

A área solicitada para corte de árvores isoladas está antropizada desde antes de 22/7/2008 conforme histórico de imagens e camada do mapbiomas disponível no IDE Sisema, o que permite autorizar o corte dos pequis considerando o artigo 2º, inciso III da Lei 20.308 de 2012 desde que devidamente compensada.

A supressão de 44 hectares é necessária para implantação da atividade de culturas anuais e pecuária e se mostra viável considerando a regularidade da reserva legal que está devidamente averbada e contempla os 20% definidos em legislação sem uso de área de preservação permanente no cômputo. Sobre as características do local, foram lançadas 30 parcelas de 500 m² cada (20x25) totalizando 1,50 ha, sendo catalogadas 1.911 indivíduos pertencentes a 63 espécies, distribuídas em 28 famílias, sendo as espécies mais representativas Pau terra (*Qualea grandiflora*), Pindaíba (*Xylopia aromatica*) e Carne-de-vaca (*Roupala montana*). A metodologia utilizada foi a amostragem estratificada com objetivo de melhor representar as diversidades entre as áreas objeto. A vistoria *in loco* confirmou as parcelas e a fitofisionomia de cerradão da área.

O rendimento estimado é de 1.570,6901 m³, sendo 1.488,2375 m³ de lenha nativa e 82,4526 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para pecuária e agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;
- Fazer os trabalhos de conservação de solo;
- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Realizar o desmatamento em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.
- Utilizar meios de afastamento de fauna.

7. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **André Luiz Costa Arantes**, conforme consta nos autos, para a **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 44,00ha c/c corte de 389 (trezentos e oitenta e nove) árvores isoladas** na Fazenda Furna do Pintassilgo, localizada no município de Prata/MG, de matrículas nº 24.257 e 24.258 do CRI de Prata/MG.

2 – A propriedade possui área total de 105,6818ha e área de reserva legal preservada, dentro do imóvel e proposta no CAR. O empreendedor apresentou o protocolo do projeto no sinaflor. Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem com as informações prestadas no SEI, com as constatações feitas durante a vistoria remota (possibilidade prevista no artigo 24 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021). A localização e a composição A Reserva Legal encontra-se averbadas nas matrículas com uma área total de 21,1577 ha, sendo 10,6209 hectares, conforme AV - 4 - 24.257, datado em 09/02/2021 e uma área com 10,5368 hectares, conforme AV - 4 - 24.258, datado em 09/02/2021, na SRI de Prata - MG, não inferior aos (20%) exigidos pela lei e não faz uso da APP no cômputo da reserva legal. Estando assim de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

3 – A intervenção tem por finalidade o uso alternativo do solo e ampliação da área para fins de pecuária e agricultura, em meio rural.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como dispensa de licenciamento ambiental, para “Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos em regime extensivo e Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura”, conforme informado no requerimento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula, mapas, PIA com inventário florestal qualitativo e quantitativo acompanhado de ART, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento, e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 44,00ha c/c corte de 389 (trezentos e oitenta e nove) árvores isoladas** e uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado, fisionomia de cerrado estrito sensu, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e baixa e média vulnerabilidade natural conforme análise do IDE-Sisema.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 44,00ha c/c corte de 389 (trezentos e oitenta e nove) árvores isoladas**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca c/c corte de árvores isoladas, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de realizar o corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas e a supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e ampliação da área para fins de pecuária e agricultura, em meio rural.

- Processo de intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa em uma área de 44,00 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG.
- Processo para o corte de 389 (trezentos e oitenta e nove) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 23,2637 hectares, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG, tendo entre estas:

- 04 (quatro) árvores de PEQUIS, sendo feito a compensação através do recolhimento junto ao PRÓ PEQUI no valor de R\$ 1.055,94, valor equivalente a 200 UFMGs, como medida compensatória pela supressão das 02(duas) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados) e as outras 02(duas) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20 (vinte) árvores de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B;

O rendimento estimado é de 1.570,6901 m³, sendo 1.488,2375 m³ de lenha nativa e 82,4526 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para pecuária e agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar PTRF anexado ao processo, recuperando uma área de 720 m², pela supressão de 02(duas) árvore de PEQUI (100% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, onde o proprietário optou por fazer a compensação no PTRF, realizando assim o plantio de 20 (vinte) árvores de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG.

2. Apresentar relatórios anuais comprovante o desenvolvimento do PTRF e replantios que se fizerem necessários pelo período de 5 anos nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º da Lei 20.308 de 2012;
3. Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;
4. Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
5. Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;
6. Fazer os trabalhos de conservação de solo

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo para compensação do corte de 01(uma) árvore de Pequi, com o plantio de 20 (vinte) árvores de pequis, em uma área de pastagem, recuperando uma área de 720 m², tendo como coordenadas de referência 696.926,0880 x; 7.866.665,5762 y e 696.920,3760 x; 7.866.663,4970 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade 22k, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.”

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

O VALOR DO RECOLHIMENTO DA REPOSIÇÃO FLORESTAL: R\$ 48.489,51;

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11.CONDICIONANTES

Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|--|--|
| 1 | Executar PTRF anexado ao processo, recuperando uma área de 720 m², pela supressão de 02(duas) árvore de PEQUI (100% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, onde o proprietário optou por fazer a compensação no PTRF, realizando assim o plantio de 20 (vinte) árvores de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, na FAZENDA FURNA DO PINTASSILGO, matriculada sob os nº 24.257 e 24.258, município de PRATA - MG. | Conforme cronograma do projeto |
| 2 | Apresentar relatórios anuais comprovante o desenvolvimento do PTRF e replantios que se fizerem necessários pelo período de 5 anos nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º da Lei 20.308 de 2012; | 5 ANOS |
| 3 | Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento de fauna silvestre terrestre | 60 dias após a execução da intervenção |
| 4 | | |
| ... | | |

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MAXSANDRE GOMES DE MOURA
MASP: CREA - MG: 90.651-D

Nome: JOÃO FLORIANO DA SILVA

MASP: 1.020.737-1

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho

MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor (a) Público (a)**, em 29/05/2024, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maxsandre Gomes de Moura, Gerente**, em 29/05/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Floriano da Silva, Servidor**, em 29/05/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **89176242** e o código CRC **4252716C**.